

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – PAIVA, Ilana Lemos de, et. al. A Reinstucionalização de Crianças e Adolescentes na Região Oeste de Natal/RN. Revista da SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, 2020.

2) Resumo e Palavras-Chave – O objetivo do presente artigo é analisar a incidência de casos de reinstucionalização de crianças e adolescentes e discutir como a política de atendimento a essa população está organizada para fortalecer a função protetiva da família. Para tanto, foi realizada pesquisa documental em bancos de dados oficiais. Estes dados foram posteriormente categorizados e analisados à luz dos princípios da Doutrina da Proteção Integral. Nas análises documentais foram encontradas 81 Guias de Acolhimento que apontavam a reinstucionalização. Destas, 34,6% referiam-se a acolhidos cujas famílias eram oriundas da Região Administrativa Oeste. Os dados apontam que a reinstucionalização das crianças e adolescentes pode possuir forte relação com a situação de pobreza e ausência do Estado na proposição de políticas públicas efetivas.

Palavras-Chave: acolhimento institucional; reinstucionalização; crianças e adolescentes.

3) Objetivo do estudo – Analisar a incidência de casos de reinstucionalização de crianças e adolescentes e discutir como a política de atendimento a essa população está organizada para fortalecer a função protetiva da família.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – A presente pesquisa é de cunho documental e foi realizada através de consultas em bancos de dados oficiais da Prefeitura de Natal e ao Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Estes dados foram posteriormente categorizados e analisados à luz dos princípios da Doutrina da Proteção Integral. Os dados publicados pela SEMURB permitiram a construção da caracterização da Região Administrativa Oeste de Natal no que concerne aos seguintes aspectos: bairros componentes, dados sociodemográficos da população e serviços públicos disponíveis.

Através da consulta ao CNCA, foi realizado um cruzamento das informações contidas nas Guias de Acolhimento e de Desligamento de crianças e adolescentes do acolhimento institucional no período de 2010 e 2017. Foram encontradas 2.269 Guias de Acolhimento na Comarca de Natal/RN; destas, 81 referiam-se a um novo acolhimento após a reinserção na família de origem. Após esta etapa, foram organizados os dados de caracterização dos acolhidos e suas famílias a partir das informações contidas nas Guias de Acolhimento e Desligamento com o auxílio do software de análise de dados IBM SPSS Statistics, relacionados à Zona Oeste da cidade.

8) Resultados / dados produzidos – Pontua-se a importância do trabalho ofertado pelas políticas de atendimento para o fortalecimento da função protetiva das famílias, como prevenção de situações que possam culminar em futuros acolhimentos. Destaca-se o acompanhamento familiar (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDSCF, 2005) realizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tanto no âmbito da Proteção Social Básica, nos casos de famílias em situação de vulnerabilidade social, como no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, quando já são identificadas situações de violação de direitos (Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, 2009). O acompanhamento familiar compreende uma série de ações e atendimentos continuados, executados de acordo com as demandas e especificidades de cada situação. Consistem em atendimentos individuais, familiares, coletivos ou em grupo, visitas domiciliares, orientações, dentre outras atividades. O objetivo desse acompanhamento é proporcionar suporte social, emocional e (jurídico-social no caso da PSE), aos acompanhados; espaço de escuta qualificada e reflexão, visando o empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011). Na Proteção Social Básica, o acompanhamento é realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, executado nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Já na proteção Social Especial, é realizado pelo Serviço de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI, executado nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (CNAS, 2009). Nos dois níveis de complexidade, as ações relacionadas ao acompanhamento podem modificar a dinâmica e trajetória das famílias, ampliando a capacidade de enfrentamento dos indivíduos, trabalhando privações materiais e emocionais a fim de auxiliar suas histórias de vida. Reconhece-se, contudo, que muitos são os desafios existentes nas políticas sociais públicas para execução da política de atendimento à criança e ao adolescente e dos entraves existentes na rede de proteção para que o acompanhamento familiar culmine em resultados significativos. Como bem sinalizou Bronzo, Mendes e Rezende (2019), temos os limites da própria política, os limites individuais dos trabalhadores, as limitações territoriais e a precariedade da infraestrutura social. Nesse sentido, não basta apenas que o serviço esteja instalado, faz-se necessário o investimento do Estado no fortalecimento das políticas sociais públicas, oferecendo suporte e condições necessárias para o funcionamento adequado dos serviços destinados a proteção de crianças, adolescentes e suas famílias.

É preciso que os recursos necessários para o pleno desenvolvimento do atendimento pelos serviços estejam disponíveis, como os veículos para as visitas domiciliares. Outrossim, muitas vezes, os profissionais se deparam com a inexistência ou indisponibilidade de serviços essenciais para o acompanhamento familiar, por exemplo, os serviços de saúde mental, quando lidam com famílias com histórico de uso ou abuso de substâncias psicoativas, inclusive, razão de muitos acolhimentos. Através dos serviços instalados no território, as famílias podem, no decorrer do acompanhamento, apresentar outras demandas que, uma vez visibilizadas, devem ser trabalhadas desde o início. Para que esse processo ocorra, o papel da equipe técnica é fundamental ao oferecer apoio, suporte e serem pessoas com quem as famílias “possam contar”. Embora conscientes da contradição intrínseca às políticas sociais no Estado neoliberal - ao mesmo tempo em que enfrenta as consequências da questão social, mantém esse mesmo Estado em condições de existir -, acredita-se no poder mobilizador existente nessa mesma política social. Nesse sentido, entende-se aqui que o fortalecimento da proteção social básica e especial de média e alta complexidade (durante o primeiro acolhimento) é um caminho importante no desenvolvimento da função protetiva das famílias, diminuindo o índice de reinstitucionalização de crianças e adolescentes e o consequente sofrimento familiar resultante desse processo.

9) Recomendações – O fortalecimento da proteção social básica e especial de média e alta complexidade (durante o primeiro acolhimento) é um caminho importante no desenvolvimento da função protetiva das famílias, diminuindo o índice de reinstitucionalização de crianças e adolescentes e o consequente sofrimento familiar resultante desse processo.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.